

**A CIÊNCIA NOS PORTAIS DE NOTÍCIAS: NOTAS PARA PENSAR A
POPULARIZAÇÃO CIENTÍFICA A PARTIR DO JORNALISMO
ONLINE**

*SCIENCE ON NEWS PORTALS: NOTES TO THINK ABOUT SCIENTIFIC
POPULARIZATION FROM ONLINE JOURNALISM*

*LA CIENCIA EN LOS PORTALES DE NOTICIAS: NOTAS PARA PENSAR LA
POPULARIZACIÓN CIENTÍFICA A PARTIR DEL PERIODISMO ONLINE*

Eloisa Beling Loose
Doutoranda, Universidade Federal do Paraná
eloisa.loose@gmail.com

Myrian Regina Del Vecchio de Lima
Doutora, Universidade Federal do Paraná
myrianv@ufpr.br

Resumo

A proposta deste texto é refletir sobre as formas e conteúdos da divulgação científica realizada nos dois portais de notícias na internet de maior audiência no Brasil, a partir do pressuposto que os meios de comunicação desempenham papel fundamental na democratização do saber ao popularizar a ciência. Realiza-se, para tanto, um breve levantamento dos conteúdos abordados na editoria de Ciência nos primeiros 10 dias de janeiro de 2013 nos portais *Uol* e *GI*, e analisam-se as recorrências de enfoque verificadas nas notícias, suas fontes e os critérios de noticiabilidade perceptíveis por meio do conjunto. Por fim, relacionam-se os resultados obtidos nesta amostra com a discussão da apropriação dos conhecimentos científicos pela população e sua relevância para a participação efetiva dos cidadãos na sociedade contemporânea, bastante atrelada ao espaço *online*.

Palavras-chave: Jornalismo e ciência. Jornalismo online. Popularização científica.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons



Abstract

The intention of this paper is to think over the forms and content of scientific divulgation of the two news portals on internet with the largest audience in Brazil, accepting that the media plays a key role in the democratization of knowledge to popularize science. It is held, therefore, a brief survey of the content covered in the editorship of Science in the first 10 days of January 2013 in *Uol* and *GI*, and analyzed recurrences of focus found in the news, sources and criteria of newsworthiness perceptible through the set. Finally, relate the results obtained in this sample with the discussion of the appropriation of scientific knowledge by the population and its relevance to the effective participation of citizens in contemporary society, rather linked to the online space.

Keywords: Journalism and science. Online journalism. Scientific popularization.

Resumen

El propósito de este trabajo es reflexionar sobre las formas y el contenido de la investigación científica realizada en los dos portales de noticias en Internet de mayor audiencia en Brasil, en el supuesto de que los medios de comunicación juegan un papel clave en la democratización del conocimiento para popularizar la ciencia. Se lleva a cabo, por lo tanto, un breve repaso de los contenidos cubiertos en la dirección editorial de la ciencia en los primeros 10 días de enero de 2013 en *Uol* y *GI*, y se analizan las recurrencias de interés que se encuentran en las noticias, las fuentes y los criterios de noticiabilidad perceptible a través del conjunto. Por último, se relacionan los resultados obtenidos en esta muestra con la discusión de la apropiación de los conocimientos científicos de la población y su importancia para la participación efectiva de los ciudadanos en la sociedad contemporánea relacionados con el espacio digital.

Palabras clave: Periodismo y ciência. Periodismo digital. Divulgación científica.

1 INTRODUÇÃO

A popularização da ciência, principal intuito do jornalismo científico, está fortemente vinculada com o exercício da cidadania. A informação qualificada pode ser considerada a base para qualquer ação e/ou mobilização que possa desencadear uma participação mais efetiva das pessoas em torno de uma sociedade de fato democrática. Não apenas as informações científicas precisam ser comunicadas de forma a fazer sentido para quem as recebe, mas estas, em função de uma linguagem mais elaborada e da própria especificidade intrínseca aos seus modos de ser e metodologias, exigem ainda mais atenção daqueles que realizarão sua divulgação.

Para Epstein, “a cultura científica da população, em geral, facilita um exercício mais consciente da cidadania, tanto no seu sentido mais corriqueiro, como para justificar a formação de um juízo sobre as macro-opções ambientais e tecnológicas” (EPSTEIN, 2002,

p.83). Assim, de que maneira, a não ser pela informação sobre ciência (divulgação científica), em linguagem apropriada (jornalismo científico), um cidadão comum pode entender, refletir e opinar sobre questões como o aquecimento global e as políticas traçadas para combatê-lo; as posições jurídicas e religiosas sobre as manipulações genéticas nos seres humanos; ou as restrições para o plantio da soja transgênica? Em muitas ocasiões, esclarecimentos intensos feitos por cientistas junto à população alteraram tendências da opinião pública, como ocorreu em 1998, na Suíça, com relação a pesquisas em engenharia genética (EPSTEIN, 2002).

Cabe nesta introdução distinguir o entendimento de divulgação científica e jornalismo científico ou de ciência. Enquanto a primeira expressão é mais ampla e está atrelada ao processo de “transposição de uma linguagem especializada para uma linguagem não especializada, com o objetivo primordial de tornar o conteúdo acessível a uma vasta audiência” (BUENO, 2009, p.162), não se restringindo aos meios de comunicação social, o jornalismo científico se diferencia pelas características particulares de seu discurso e do sistema de produção no qual está inserido. Embora as finalidades sejam semelhantes, no caso do jornalismo existem critérios próprios que norteiam a produção e divulgação do conhecimento científico, como a atualidade, a periodicidade, a universalidade e a difusão coletiva. Além disso, Bueno (2009) elenca seis funções básicas vinculadas a este jornalismo que se detém na cobertura de ciência: 1) informativa (veicula fatos de natureza científica que permitem ao cidadão inteirar-se das questões científicas); 2) educativa (contribui para a formação da opinião pública e conscientização do público a respeito das causas e repercussões de assuntos atrelados à ciência, tecnologia e inovação); 3) social (busca situar a informação científica em um contexto mais amplo); 4) cultural (deve trabalhar em prol da preservação e da valorização de culturas locais e nacionais); 5) econômica (relaciona desenvolvimento da ciência, por meio da divulgação, com o setor produtivo); e 6) político-ideológica (atrelado à democratização do conhecimento e ao esclarecimento de interesses de grandes corporações ou de práticas e teorias geradas nas nações desenvolvidas que não beneficiem a condição dos países emergentes). Tais funções revelam certas responsabilidades na produção de notícias sobre ciência, sobretudo para que as informações possam promover o envolvimento da sociedade nas decisões e não ser apenas um modo de legitimar o poder da ciência tecnocrática.

Posto isso, a ideia deste texto é analisar formas e conteúdos de jornalismo sobre conhecimentos científicos expressos nos dois portais de notícia com mais audiência no Brasil

(*Uol* e *GI*¹) para verificar se os enfoques — tratamento dado aos fatos como construção da realidade social pelos jornalistas — e assuntos abordados nas editoriais específicas de Ciência dialogam com os preceitos da teoria deste jornalismo especializado. Também interessa investigar quais são as fontes e os critérios de noticiabilidade perceptíveis pelos dois veículos. O *corpus* observado foi coletado nos primeiros 10 dias de janeiro de 2013, somando neste período 66 notícias do *Uol* e 129 do *GI*².

Parte-se do pressuposto que os meios de comunicação desempenham função fundamental na democratização do saber ao popularizar a ciência. Concorde-se com Morin (2005), quando ele afirma que a ciência é elucidativa (soluciona enigmas), enriquecedora (satisfaz necessidades sociais), conquistadora e triunfante (fornece subsídios para o desenvolvimento tecnológico), porém, cada vez mais, traz também possibilidades de sujeição ou dominação. Logo, o papel da comunicação científica – e, neste contexto, do jornalismo em particular – mostra-se essencial para que haja esclarecimento e discernimento sobre os alcances e limites da produção da ciência.

Este artigo é dividido em três partes: a primeira apresenta e coloca em evidência os impasses presentes no fazer jornalístico científico; a segunda se detém sobre a análise das notícias *online*³ publicadas nos portais *GI* e *Uol*, tendo em vista os conteúdos, as fontes, os critérios de noticiabilidade utilizados e os enfoques dados às notícias; por fim, tece-se um diálogo entre jornalismo online, ciência e apropriação da informação a partir das observações dos portais de notícias já citados. Ressaltam-se, nesta relação, as maneiras de popularização da ciência por intermédio do jornalismo e suas consequências para a promoção da participação social.

¹ Segundo dados divulgados pelo Instituto Ibope/Nielsen, referentes ao mês de fevereiro de 2013, os maiores portais de notícia do Brasil são *Uol*, com 35.801 milhões de acessos (visitantes únicos) e *Globo.com* (que abriga o *GI*), com 30.529 milhões. Os respectivos endereços são: <http://noticias.uol.com.br/ciencia/> e <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/>.

² Informa-se que foram desconsiderados desta coleta os links que apresentavam chamadas apenas para galerias de fotografias, blogs de opinião, vídeos sem texto e notícias sobre o mesmo assunto oriundas de agências de notícias diferentes (e, portanto, com informações repetidas). No período analisado, foram encontrados 26 links com estas características no *Uol* e seis no *GI*.

³ Adota-se aqui o termo *online* tendo em vista a definição apresentada por Mielniczuk (2003), na qual ele se reportaria à “ideia de conexão em tempo real, ou seja, fluxo de informação contínuo e quase instantâneo”.

2 JORNALISMO CIENTÍFICO: IMPLICAÇÕES DE UM COMUNICAR ESPECIALIZADO

Mais que seguir critérios de noticiabilidade (que são valores imprescindíveis para a configuração do que é ou não é notícia, como a novidade, o conflito, a proximidade e o interesse público), elaborar textos claros e contextualizados, calcados em acontecimentos reais, a construção de uma notícia científica requer modos de fazer diferenciados. Isso porque os termos da ciência têm difícil compreensão, as fontes (os pesquisadores ou cientistas) produzem em um ritmo distinto que o dos jornalistas e a divulgação em si nem sempre é vista com bons olhos. Com outras palavras, o fazer científico segue uma rotina mais lenta, na qual, às vezes, anos de dedicação são empreendidos em uma única pesquisa. De forma contrária, o jornalismo busca novidades o tempo todo e, em poucas horas, trabalha com vários assuntos. Tal relação, vinculada com a atenção dispensada a cada tema e também ao aprofundamento que se pode dar a eles, implica desconfortos para ambos os lados. E a tentativa de mediar os desajustes temporais e de detalhamento presentes entre os campos jornalístico e científico são somente parte da negociação necessária para que a informação científica possa ser transmitida a um público mais amplo e heterogêneo.

A falta de interesse dos pesquisadores divulgarem a ciência em função do sigilo existente por causa da potencialidade da descoberta e/ou da própria desconfiança que os mesmos têm a respeito da distorção de informações que ocorrem na imprensa reflete mais um conflito neste diálogo. De acordo com Assis (2001), as tensões e estereótipos criados entre os dois lados da divulgação científica decorrem das particularidades de linguagem usadas na comunicação de cada um deles. O autor explica:

Para uma parcela da comunidade de cientistas, o jornalista é malformado, mal-informado, apressado, e tem uma agenda própria que não inclui divulgação de conhecimento fundamentado. Tal agenda diria respeito a sua ascensão no jornal, que se dá pelo interesse que suas matérias possam despertar junto a seus superiores e junto a seu público. Para o jornalista, o cientista é lento, abstruso, oblíquo e arredo (ASSIS, 2001, p.50).

A incumbência dos jornalistas produzirem uma notícia atrativa e de fácil entendimento para seu público, a partir de uma intrincada rede de significados oriundos de um estudo científico exige que os mesmos saibam articular analogias aos termos técnicos de modo a tornar possível a apreensão dos acontecimentos, assim como interpretar de modo adequado o funcionamento e objetivos da prática científica. A linguagem deste campo é caracterizada por um código linguístico de conhecimento restrito (o jargão da área), e pela precisão,

imparcialidade e objetividade, com o propósito de legitimar seu saber entre os pares e firmar sua competência científica.

Oliveira (2002) aponta que a divulgação das informações científicas segue uma série de normas rígidas de padronização e normatização universal, estabelecidas especialmente na redação, que tornam a leitura árida. A autora sugere o uso da metalinguagem para aproximar o público leigo das informações científicas, além da construção de comparações, mas alerta que estas requerem estudo por parte dos envolvidos nessa produção para que sejam feitas formulações corretas e/ou adequadas. A contextualização do assunto, com apresentação de suas conexões, razões e consequências, permite que as notícias façam a diferença no repertório de seus públicos, resultando em reflexões. Esta autora declara ainda que o jornalismo deve utilizar a informação sobre ciência para decodificar o conhecimento da própria realidade.

Deste modo, ao transmitir fatos científicos de uma maneira tangível ao público não especializado, o jornalismo científico ultrapassa sua função informativa, incluindo seus aspectos pedagógicos no processo de comunicação. Brandão (2006) aponta que o papel educativo vinculado ao jornalismo especializado em ciência colabora na disseminação da cultura científica, que ainda aparece de forma fraca e fragmentada no cotidiano da população. Bueno (2009), embora aponte a função educativa no fazer do jornalismo científico, cita algumas disfunções geradas pelo jornalismo científico desatento a partir de Calvo Hernando, a saber: a tendência de reduzir as informações científicas em meras curiosidades, a ausência de uma mensagem didática e positiva, o pouco respeito à exatidão científica, a atenção desproporcional dada a alguns aspectos visando o aumento de impacto da notícia, a superficialidade, a falta de documentação e o atropelo no aproveitamento das fontes.

A tradução e, quando preciso, a didatização de pormenores e minúcias de uma pesquisa científica suplantam a transmissão de informações, gerando conhecimento e auxiliando na formação da opinião pública. Para além da visibilidade proporcionada aos assuntos científicos, o jornalismo interessado em ciência faz com que o cidadão tome contato cada vez mais frequente com o mundo da ciência, revelando o papel estratégico que ela ocupa nas sociedades modernas. Para cumprir sua função social – de informar para empoderar a sociedade no sentido de esclarecer sobre direitos e deveres, contribuindo para a manutenção da democracia —, os jornalistas desta área precisam saber transformar os fatos da ciência em algo pleno de sentido, algo que favoreça a reflexão crítica e possa auxiliar no exercício efetivo da cidadania e/ou na mudança de rumos em prol de uma sociedade mais justa e sustentável. A

complexidade e abrangência da ciência precisam que seus contextos político, social, cultural e econômico sejam explicitados e discutidos.

É preciso ainda destacar que o esclarecimento e eventual debate sobre o que está sendo feito no campo científico amplia o valor cultural da sociedade, estimulando à consciência sociopolítica. Nas palavras de Neves e Franciscato (2006, p.61), “negar a informação científica significa contribuir para uma visão equivocada de que a ciência não tem uma íntima relação com o desenvolvimento humano e social e até mesmo com o cotidiano dos leitores, telespectadores e ouvintes”. Esta afirmação remete à importância que este campo tem na sociedade contemporânea, na qual os especialistas e o conhecimento científico adquiriram um *status* de detentores da própria verdade, muito atrelado à ideia hegemônica de progresso possível pela ciência e tecnologia.

A confiança que a população deposita no campo científico é hoje ainda grande. Ivanissevich (2005) aponta que o reconhecimento da autoridade científica é observado, sobretudo, na publicidade promovida pelo mundo industrializado, na qual o que é cientificamente testado é seguro, idôneo e apto para o consumo. O jornalismo acaba reforçando essa imagem de ciência como detentora da verdade ao alimentar-se de fontes científicas para construir discursos sobre inovação e avanços tecnológicos para melhorar o bem-estar social.

O sociólogo Anthony Giddens (1991), ao tratar das consequências da modernidade, destaca a influência que os sistemas peritos (aqueles de excelência técnica ou competência profissional baseados no conhecimento que, em geral, não se pode conferir por si mesmo) exercem nas decisões cotidianas da sociedade moderna. Tais sistemas, calcados na ciência, “geralmente funcionam como se espera que eles façam” (GIDDENS, 1991, p.39), e, por isso, recebem a confiança das pessoas leigas ou que possuem menos conhecimento sobre determinado assunto. Este autor ressalta que o ensino da ciência, desde a educação das crianças, “não é apenas o conteúdo das descobertas técnicas, mas, mais importante para as atitudes sociais gerais, uma aura de respeito pelo conhecimento técnico de todos os tipos” (*Ibid.*, p.101), demonstrando uma das razões que dá origem à imagem de conhecimento fidedigno que é conferida à ciência. Assim, apenas aqueles que se dedicam por mais tempo ao estudo deste campo é que poderão ser introduzidos a “questões contenciosas” ou terem consciência da “falibilidade potencial de todas as reivindicações ao conhecimento em ciência”.

Sinalizando para uma transformação neste sentido, Beck (2010) fala sobre o início de uma confrontação desta percepção de infalibilidade, à medida que as ciências passam a ser

observadas não apenas como possibilidade de soluções pela modernidade reflexiva. A ciência é observada agora “como produto e produtora da realidade e de problemas que cabe a ela analisar e superar” (BECK, 2010, p.236), alterando de forma drástica a imagem que tem de si mesma e contribuindo para a desmistificação do campo, que passa a demonstrar “um grau de insegurança diante de seus fundamentos e efeitos” (*Ibid.*)

Beck (2010, p.237) sustenta que o desenvolvimento técnico-científico torna-se contraditório na contemporaneidade, visto que ele se torna cada vez mais necessário e, ao mesmo tempo, “cada vez menos suficiente para a definição socialmente vinculante de verdade”, já que a previsibilidade de seus efeitos é cada vez menos certa e mais exposta, e os choques entre as explicações e práticas de cada superespecialização mostram-se cada vez mais evidentes. Com a emergência dos riscos da modernização percebidos até então, as diversas áreas científicas são convidadas a rever suas formas de atuação e de argumentação científica, gerando um entendimento crítico de seu próprio fazer. A cientificização reflexiva questiona a ciência e seu monopólio de pretensões, relacionando-a mais diretamente com as práticas e a sociedade.

Dessa forma, desencadeia-se um movimento ao longo do qual as ciências são cada vez mais categoricamente obrigadas a expor diante de toda a opinião pública algo que internamente há muito é conhecido: suas torpezas, tolices e “deformações”. Surgem formas de “contraciência” e de “ciência militante”, que remetem todo o “abracadabra da ciência” a outros princípios e a outros interesses – levando assim a resultados precisamente opostos (BECK, 2010, p.242).

Assim, no processo atual em que a reflexividade se faz presente, a ciência não apenas perde um pouco de sua credibilidade pública ao expor suas falhas, mas, em função das mesmas, desenvolvem novos âmbitos de eficácia e aplicação – ampliando seus espaços de intervenção. Nas palavras do autor, “a crítica divulgada publicamente do desenvolvimento obtido até aquele momento se converte no motor do avanço ulterior” (*Ibid.*, p.243).

Também é válido trazer o novo posicionamento que surge para os destinatários e usuários dos resultados científicos (aqui para os mediadores sociais), dotado de mais dependência de argumentos científicos, mas, por outro lado, mais independente de descobertas específicas ou do juízo da ciência sobre a verdade ou falsidade de suas declarações. Em razão da complexidade e da diversidade de resultados que podem ser obtidos de acordo com as diferentes especialidades, que crescem cada vez mais, há a transformação da recepção em participação, já que se exige das pessoas uma decisão cognitiva a respeito do que está sendo apresentado. E, para que haja possibilidades de escolhas, apresenta-se não

apenas o que é pesquisado, mas também como isto é feito e com que efeitos devem ser comunicados.

A ausência de discussão sobre as consequências e motivações da ciência naturaliza este fazer como aquele que só trará possibilidades para a salvação dos problemas modernos. Sem reflexão, a ciência se torna fonte de soluções sem muitos questionamentos. Romanini (2005, p.121) coloca que os jornalistas, por serem responsáveis pela mediação dos acontecimentos, devem “abandonar o encantamento ingênuo” e assumir um papel crítico diante da parafernália tecnológica (e da própria ciência). Segundo este autor, cabe aos jornalistas contextualizar e esclarecer as informações científicas de modo que elas sirvam ao interesse público, desempenhando papel de relevância na construção dos espaços democráticos.

Situando-se no contexto de modernidade delineado por Beck (2010), no qual a complexidade e multiplicidades de resultados científicos é ainda maior, urge pensarmos sobre os encaminhamentos da mediação científica, que visa ir além da simples tradução de uma linguagem técnica para uma de fácil compreensão. Defende-se que o jornalista que populariza a ciência deve ser crítico e tentar promover naquele que lê o texto uma reflexão não apenas sobre a utilidade da pesquisa, mas sobre sua pertinência, métodos e efeitos na sociedade.

3 Análise das notícias online publicadas nas editorias de Ciência

A fim de colocar em debate as formas de popularização da ciência que estão presentes no jornalismo *online*, coletou-se as notícias pertencentes às editorias de Ciência, no *Uol*, e Ciência e Saúde, no *GI*, nos primeiros 10 dias deste ano, com o objetivo de apresentar uma análise, ainda que breve, de questões que emergem a partir da relação internet, jornalismo e ciência. Busca-se identificar as formas com as quais os veículos com mais audiência no país realizam o jornalismo científico ou sobre ciência diante das particularidades do *online*, no qual se destacam a instantaneidade, a interatividade e a hipertextualidade.

As 195 notícias com as características buscadas nessa pesquisa, publicadas nos dois portais, no período de 1º a 10 de janeiro de 2013, nem sempre foram identificadas como primeira alternativa na editoria de ciência, já que editorias de tecnologia, meio ambiente, bem estar, natureza, mundo e até economia disputam certos assuntos em razão da audiência. Logo, muitas notícias que tratam de ciência acabam sendo publicadas em outras editorias e sendo, posteriormente, remetidas à lista de ciência, mas com outras vinhetas de identificação (cartolas/chapéus). É importante esclarecer que enquanto o *GI* agrupa notícias de saúde e de

ciência, o *Uol* possui espaço diferenciado para pesquisas vinculadas ao tema saúde – o que não impede de trazer pesquisas sobre o tema na sua editoria de Ciência. Assim, de maneira a equiparar as observações, mantiveram-se no *corpus* apenas as matérias que possuíam no seu *link* o nome ciência (sinal que foi gerado na editoria de mesmo nome) e excluíram-se as matérias oriundas de outros veículos, parceiros, como a *Folha de S. Paulo*, visto que o jornalismo publicado não é oriundo da equipe de *online* do *Uol*, e as matérias derivadas do programa televisivo diário da Rede Globo chamado *Bem Estar*, que traz especialistas para discutir questões sobre saúde e qualidade de vida. Após estes cortes, totalizamos 27 notícias do *Uol* e 59 do *GI*. São estas 86 notícias, geradas pelas editorias de Ciência, que serão observadas.

O primeiro ponto que chama a atenção é a origem da produção das matérias, identificada por meio da assinatura. No *Uol*, das 27 notícias selecionadas 11 são identificadas com a logomarca da BBC Brasil (British Broadcasting Corporation), seis com a da EFE (agência espanhola de notícias) e cinco com a da AFP (Agence France Presse), revelando que 22 das notícias são oriundas de agências de notícias internacionais (81,4%). Apenas cinco recebem a assinatura do próprio veículo. No *GI*, o quadro parece diferente: 20 notícias são assinadas pela BBC Brasil, duas pela Reuters (agência inglesa de notícias), uma de cada das agências AFP, AP (Associated Press) e EFE, totalizando 25 notícias (42,3%) assinadas por agências internacionais, o que resulta em menos da metade do total. As outras 34 notícias são assinadas pelo *GI*, ainda que em algumas delas seja citado o uso de informações de agências.

Esses dados indicam que boa parcela das notícias científicas divulgadas pelos portais já citados desconsideram as questões do entorno ou da realidade na qual são imersas. Além disso, as informações vendidas pelas agências são obedientes às regras de quem as detêm. Bueno (2009, p.174) lembra que “parte significativa da Ciência e da Tecnologia produzida, e divulgada, tem suas raízes nos países hegemônicos e está a serviço de seus interesses”, devendo o jornalista científico estar vigilante aos conteúdos e formas de edição que lhe são passados.

Devido ao fato de as matérias serem feitas por agências internacionais não é de se estranhar que as fontes das mesmas também não incluam brasileiros. Destaca-se que embora a ciência tenha caráter universal e seja internacional, a divulgação dos fatos científicos podem e devem aproximar tais premissas da realidade concreta de seus públicos, a fim de promover o entendimento e a reflexão acerca de suas possibilidades e limites.

Em relação ao que publicar ou não, fica evidente que aquilo que as revistas científicas de renome, que desfrutam prestígio entre os pares, publicam faz parte dos critérios utilizados

pelos jornalistas do que deve ser divulgado. É super comum que a informação “esta pesquisa foi publicada hoje na revista *Nature* (ou *Science*, *PLoS ONE*, etc.)” esteja presente nas notícias. No *Uol*, das 27 notícias, 16 (59,2%) citam a publicação do conteúdo em revista científicas, ou seja, os canais de disseminação da ciência que são avaliados como pertinentes pelos próprios cientistas. No *GI*, a proporção de periódicos citados é menor: em 59 notícias, as revistas aparecem somente em 14 (23,7%), contudo comunicados, relatórios de agências e encontros de pesquisadores também são citados em outras 18 matérias. Portanto, os periódicos científicos desempenham duplo papel nas notícias *online* analisadas: é forma de discernir sobre a relevância da pesquisa e também, muitas vezes, a fonte do material publicado.

Ainda sobre as fontes, dentre as notícias do *Uol*, nenhuma era brasileira. Já no *GI*, foram identificadas uma notícia sobre uma pesquisa brasileira, sendo que o autor foi entrevistado (*Mães evitam dar à luz no Natal e no Dia de Finados, diz estudo*), outra que trazia a informação no título, mas não trouxe a fala de nenhum pesquisador, usando como fonte a própria publicação do artigo científico (*Estudo com brasileiros explica mecanismo ligado a reparo de DNA*) e uma a respeito de uma discussão que envolve a ciência brasileira (*Comissão da USP vai investigar denúncias contra pesquisas*). Mesmo assim, o enfoque e/ou tratamento dado à construção da notícia não se diferia dos padrões das agências, trazendo a novidade da pesquisa e, posteriormente, uma breve contextualização e/ou uma explicação de como ela foi feita.

Se os portais de internet brasileiros divulgam ciência sob a ótica do material pasteurizado das agências internacionais e se estas se pautam pela divulgação científica feita para os próprios cientistas, não é de se estranhar que as fontes que têm voz no espaço de divulgação científica são aquelas que já foram legitimadas (de certa forma, autorizadas a falar pelo campo) por seus pares. Nas notícias deste *corpus*, a grande maioria das fontes citadas foram os autores dos estudos publicados recentemente (um sinal da importância do critério de atualidade), existindo ainda notícias que mencionam especialistas e porta-vozes de agências de pesquisa ou do governo. Esta constatação parece óbvia, à medida que ninguém melhor para falar sobre a pesquisa que o próprio autor. Mas, deveria ser prática comum no jornalismo de ciência publicar notícias no qual a única fonte é a pessoa mais interessada em promovê-la? Caldas (2005, p.65) argumenta que não:

Na apuração, a diversidade das fontes deve ser um princípio básico. Não se trata apenas de ouvir o outro lado como mandam os manuais de redação. Em se tratando de assunto científico, todo cuidado é pouco para evitar um erro ou, até mesmo, ser instrumentalizado pelo cientista no processo de

construção do conhecimento, a partir da ótica exclusiva e de interesses específicos, que nem sempre coincidem com os da sociedade.

Entretanto, a análise feita mostra que as notícias publicadas partem de, basicamente, cinco fontes: as publicações de pesquisa em periódicos científicos, comunicados de agências de pesquisa, comunicados de governo, entrevistas com cientistas realizadas pelas agências de notícias internacionais (geralmente em função de descobertas) ou derivações de fatos curiosos do campo publicados em jornais internacionais. Quando as notícias são publicadas em função da divulgação da pesquisa em âmbito científico, além das informações das revistas, costuma-se entrevistar o líder da pesquisa e/ou coautores da mesma (contudo, às vezes, a única fonte é a própria publicação). Quando derivam de comunicados de agências — como a National Aeronautics and Space Administration (Nasa) ou a European Organisation for Astronomical Research in the Southern Hemisphere (ESO) —, pesquisadores da instituição são os únicos a terem espaço na notícia. Já quando são publicadas notícias a partir de descobertas, geralmente, os seus responsáveis são ouvidos. A pluralidade de fontes ocorre apenas em comunicados governamentais (quando além das autoridades do governo, especialistas, *cases* ou relatórios independentes compõem a notícia) e nas reproduções de jornais internacionais (na maioria das vezes são casos raros da medicina na qual o paciente ou sua família são entrevistados, além de médicos).

Stocking (2005) afirma que muitos estudos que indicam matérias com uma única fonte quando o tema é científico já foram feitos. O autor aponta o estudo realizado por Weiss e Singer que mostra que “uma grande maioria dos jornalistas que escreveram sobre descobertas dos cientistas aceitaram de boa fé a palavra dos cientistas” (STOCKING, 2005, p.164), não tendo preocupações em buscar averiguar a reação de outros cientistas ou outros interessados. Tal aspecto está relacionado à vontade dos jornalistas de minimizar o grau de incertezas científicas que serão relatadas em suas matérias, tanto para gerar mais impacto diante do público pela ausência de dúvidas ou fragilidades, quanto pela percepção ainda vigente da ciência como inquestionavelmente exata, correta e verdadeira. Este esforço se apoia na perspectiva positivista da ciência, que “não reconhece a relação entre saber, conhecimento e poder e, de maneira equivocada, reforça a superioridade cognitiva da ciência moderna” (BUENO, 2007, p.101).

Os grandes temas mais recorrentes encontrados no período foram espaço cósmico totalizando nos dois veículos 27 notícias (31,3% do *corpus*) – e saúde/medicina – 21 notícias ou 24,4% do total. No *Uol*, ambos os temas tiveram sete notícias cada, seguidas pelos temas de meio ambiente (clima/consumo/lixo), com cinco notícias; curiosidades (casos raros ou

notícias inusitadas), com quatro; arqueologia com três; e física com uma. Já no *GI*, as notícias vinculadas ao espaço cósmico foram as mais frequentes (20 de 59), seguidas por saúde (14), curiosidades (especialmente casos médicos raros, com 12), meio ambiente (4), e física, tecnologia, paleontologia e ciência (notícias baseadas na cultura científica) tiveram duas matérias cada neste *corpus*. Das 59, apenas uma tratava de assuntos da área da arqueologia.

Ao tratar dos temas, Fabíola Oliveira (2002, p.61) coloca que “o uso do espaço pelo homem desperta o fascínio pelo muito de desconhecido que representa para grande parte da sociedade”, além de trazer junto o apelo psicofilosófico configurado no espaço exterior, no cosmos, que está relacionado com a questão de onde viemos e para onde vamos. Estes podem ser alguns pontos que justificam a recorrência de tantas matérias espaciais, mas deve-se levar em conta também as boas fórmulas de comunicação institucional existentes nos principal instituto de pesquisa espacial, a Nasa. Os assuntos médicos e de saúde ganham destaque pela proximidade e fácil relação que apresentam com o público.

Em relação à maneira de tratar do conteúdo científico, há uma variação de estilos e ênfases, mas o foco central, na maioria das matérias analisadas, era apresentar os resultados de uma pesquisa e revelar suas potencialidades para o bem da sociedade. Nem sempre a forma como a pesquisa era feita era detalhada e os propósitos que motivaram os pesquisadores a fazê-la quase nunca apareciam. Stocking (2005, p. 166) trata de alguns pontos falhos no trabalho de jornalistas na cobertura de ciência:

De acordo com estudos, os jornalistas não tendem apenas a apresentar a ciência com uma quantidade relativamente pequena de advertências sobre as delimitações da pesquisa científica, poucas fontes e pouco contexto histórico. Parece também que eles estão mais interessados nos resultados (ou produtos) cuidadosamente elaborados que os cientistas criam do que nos processos confusos, interpretativos e muitas vezes sociais pelos quais são produzidos.

Ao continuar na detecção de ausências no material verificado, a discussão ou análise de outro pesquisador da área ou alguém que pudesse também falar sobre o assunto aparece em pouquíssimas matérias. Geralmente, as notícias sobre ciência são baseadas nos textos científicos e utilizam as declarações de um de seus autores. Verifica-se nessa análise três notícias do *Uol* que não se baseiam em entrevistas e 15 do *GI*, no qual as fontes não são identificadas ou apenas são citadas de forma genérica (como astrônomos, especialistas, pesquisadores, etc.) ou o texto é escrito a partir de um artigo, comunicado, vídeo ou campanha. O sintoma é reflexo de um jornalismo “acomodado”, pouco desconfiado, que se

contenta em ser o porta-voz de uma fonte dita especialista e/ou que está imerso em uma rotina de produção muitas vezes não compatível com os anseios e perspectivas do jornalismo científico.

Também cabe mencionar que, em virtude de grande parte das matérias publicadas serem oriundas de agência internacionais, há repetições de conteúdos nos dois portais. Do total de notícias, 12 possuíam as mesmas informações e fontes em razão da assinatura de empresas que difundem as informações do mundo de forma rápida e sistemática, as agências de notícias americanas e europeias – representa 44,4% do *corpus* do *Uol* e 20,9% do *GI*. Assim, as escolhas, os critérios de noticiabilidade, os enfoques e as fontes são condicionados por uma certa noção pasteurizada do que é notícia científica. Aquilo que lemos é resultado de um processo de construção da notícia que é calcado em apurações já prontas, sob o viés hegemônico das agências. Os redatores dos portais de notícias brasileiros destinados à cobertura de ciência devem editar o texto, contudo, as informações que podem ser editadas e deixar ou não de constar no texto já estão postas.

4 CONSIDERAÇÕES

4.1 Reflexões sobre jornalismo, ciência e apropriação da informação a partir dos portais de notícias

Em função do levantamento realizado na editoria de Ciência nos portais *Uol* e *GI* e das conseqüentes análises quali-quantitativas, feitas buscando constatar os aspectos comuns do conteúdo de ciência apresentado nos dois portais brasileiros mais acessados, percebe-se um distanciamento da realidade brasileira e da produção científica nacional, assim como um comodismo por parte das empresas jornalísticas no investimento de matérias que ultrapassem a tradução e síntese de artigos científicos e/ou a reprodução de matérias difundidas pelas agências internacionais. As notícias elencadas sob o rótulo de Ciência não discutem ou relacionam as descobertas e avanços com o contexto social, econômico e político no qual estamos inseridos. Ainda que a ciência tenha uma abrangência e interesse que extrapolem as fronteiras dos países, sua divulgação e entendimento não são comprometidos com a inclusão de outras questões. Ao contrário, para que o público gere sentido e crie entendimento a partir das informações apresentadas, a proximidade com o tema e seus efeitos é bem-vinda e necessária.

Mesmo que se compreenda que o jornalismo *online* possui uma dinâmica própria, na qual a publicação precisa ser em tempo real e a apuração, portanto, precisa ser rápida, é preciso lembrar o papel relevante que a divulgação da ciência desempenha na sociedade contemporânea. A formação de pessoas mais críticas e conhecedoras de seus direitos e deveres permite que a cidadania se faça presente nos espaços interativos *online*.

O público necessita de parâmetros para julgar que tipo de informação acessar em meio à avalanche de notícias divulgadas pela mídia, que gera um crescente grau de desinformação na sociedade. Um espaço especializado deveria apresentar um conjunto de informações que fosse além de uma coletânea temática de apresentação de resultados de pesquisas ou inovações tecnológicas.

Os processos, pressupostos e objetos de pesquisa implicam sistemas explicativos e devem ser abertos ao público. Não apenas os produtos da pesquisa interessam à sociedade, mas seus objetivos, meios e finalidades. Ao falar sobre a ciência, Targino (2009, p.215-216) afirma que ela comporta sistemas explicativos que “devem ser percebidos não como conclusões fixas e inquestionáveis, e sim como resultados provisórios do processo de investigação, em face da mutabilidade e da evolução da ciência e tecnologia”, o que sublinha o caráter cumulativo e contínuo da atividade científica. A autora também ressalta que hoje não se pode mais conceber ciência alguma cujas premissas sejam autoevidentes, o que remete ao reconhecimento da falibilidade e dos limites intrínsecos ao fazer científico.

Mais que identificar aspectos presentes no jornalismo *online* sobre ciência pretende-se refletir sobre as ausências que se perpetuam no tratamento dos fatos científicos. Diferentemente daquilo que os teóricos propõem como o ideal do jornalismo científico, as notícias encontradas nos portais não cumprem, de forma geral, com as seis funções listadas no começo deste texto. A abordagem centra-se na função informativa e, vez que outra, sinaliza para a função social ou econômica. Grande parte das matérias não tenta discutir as questões científicas (os modos de agir, as políticas, os financiamentos e interesses, as delimitações da pesquisa, etc.), deixando de lado ou omitindo seu compromisso com a educação e democratização da informação. As funções cultural e político-ideológica do jornalismo científico são ainda menos incorporadas na hora da produção da notícia, que costuma ser acrítica ao apenas enaltecer dada conclusão.

De acordo com Bueno (2007), os meios de comunicação estão pouco acostumados a cobrir as políticas públicas de Ciência e Tecnologia, não compreendendo por isso as pressões e motivações que cercam o campo científico. Também não apresentam preocupação com o que já foi publicado e as contradições que surgem com notícias sem contexto histórico,

menção de estudos futuros ou interação com outros campos do conhecimento, com o poder e a política, com a ideologia. Esta fragmentação das notícias científicas (e de todas as outras notícias no jornal impresso ou *online*), organizadas sob editoriais e vinhetas, pode remeter à própria fragmentação e compartimentalização da ciência em disciplinas — logo no início de seu ensaio antropológico *Jamais fomos modernos* (1994), Bruno Latour afirma sobre a leitura do jornal diário:

As páginas de Economia, Política, Ciências, Livros, Cultura, Religião e Generalidades dividem o layout como se nada acontecesse. O menor vírus da Aids nos faz passar do sexo ao inconsciente, à África, às culturas de células, ao DNA, a São Francisco; mas os analistas, os pensadores, os jornalistas e todos os que tomam decisões irão cortar a fina rede desenhada pelo vírus em pequenos compartimentos específicos, onde encontraremos apenas ciência, apenas economia, apenas representações sociais, apenas generalidades, apenas piedade, apenas sexo. (...) mas este fio frágil será cortado em tantos segmentos quantas forem as disciplinas puras: não misturemos o conhecimento, o interesse, a justiça, o poder. Não misturemos o céu e a terra, o global e o local, o humano e o inumano (LATOURE, p. 8, 1994).

Vale a pena pensar, a partir dos assuntos mais recorrentes e da própria abordagem e/ou enfoque que os veículos estão dando à ciência, qual é o tipo de conhecimento científico que está sendo ofertado à população, quais são as oportunidades que estão sendo disponibilizadas para que as pessoas se apropriem de aspectos científicos e possam usufruir deles, assim como participar de suas decisões. Ivanissevich (2005) traz à tona o julgamento de valor, existente até mesmo nas questões mais técnicas e confiadas, muitas vezes, somente a especialistas. A autora alerta:

Situações que ameaçam, por exemplo, a segurança do homem e do ambiente não podem ser analisadas apenas sob a perspectiva científica. Correr ou não determinados riscos é uma opção que transcende as fronteiras técnicas e pede um debate mais amplo (IVASSEVICH, 2005, p.24).

Deste modo, para que haja participação cidadã com as causas e propostas científicas, é preciso que a informação circule de forma contextualizada, plural, com inclusão das incertezas e contradições, uma vez que todo o sistema da ciência está imerso num contexto que apresenta dimensões histórica, política, econômica e social. As notícias precisam realmente exercer a formação de uma sociedade alfabetizada e crítica em relação à ciência e, assim, promover mudanças nas estruturas sociais de pensamento. A confiança na ciência não deve ser cega e os jornalistas que trabalham com os fatos deste campo devem ter em mente o que Tuffani (2005, p.67) recorda como um dos principais preceitos éticos do jornalismo: “jamais frustrar a manifestação de opiniões divergentes e o livre debate de ideias”.

Por fim, aponta-se que, apesar do grande número de matérias científicas publicadas em apenas 10 dias, a qualidade da elaboração da notícia deixa a desejar, não permitindo a emancipação do público diante das colocações científicas. Em virtude disso, Graça Caldas (2009, p.63) afirma que o homem fica apenas sofrendo com os efeitos das decisões científicas, “sem nem mesmo saber de onde eles vêm”. Ao concordar com a autora, complementamos que aqueles jornalistas científicos, porta-vozes acríticos dos cientistas, acabam realizando um desserviço à sociedade.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Jesus de Paula. Crítica de Ciência. In: **Revista Ciência e Ambiente**. Santa Maria: UFSM, v. 23, julho/dezembro, 2001.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco** – Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.
- BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Científico: revisitando o conceito. In: VICTOR, Cilene; CALDAS, Graça; BORTOLIERO, Simone (orgs.). **Jornalismo Científico e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora All Print, 2009.
- CALDAS, Graça. Mídia, meio ambiente e mobilização social. In: VICTOR, Cilene; CALDAS, Graça; BORTOLIERO, Simone (orgs.). **Jornalismo Científico e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora All Print, 2009.
- EPSTEIN, Isaac. **Divulgação Científica: 96 verbetes**. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental** – A formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- IVANISSEVICH, Alicia. A mídia como intérprete. In: VILAS BOAS, Sergio (org.). **Formação e Informação Científica**. São Paulo: Summus, 2005.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 32, 1994.
- MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: PALACIOS, Marcos; MACHADO, Elias. (org.). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

OLIVEIRA, Fabíola. **Jornalismo Científico**. São Paulo: Contexto, 2002.

ROMANINI, Vinicius. Parem as máquinas! In: VILAS BOAS, S. (org.). **Formação e Informação Científica**. São Paulo: Summus, 2005.

STOCKING, S. Holly. Como os jornalistas lidam com as incertezas científicas. In: MASSARANI, Luisa; TURNEY, Jon; MOREIRA, Ildeu de Castro. **Terra Incógnita: a interface entre ciência e público**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent: UFRJ, Casa da Ciência: FIOCRUZ, 2005.

TARGINO, Maria das Graças. **Jornalismo Cidadão: informa ou deforma?** Brasília: IBICT; UNESCO, 2009.

TUFFANI, Maurício. Ciência e interesses. In: VILAS BOAS, S. (org.). **Formação e Informação Científica**. São Paulo: Summus, 2005.

Original recebido em: 26/05/2013

Aceito para a publicação em: 20/07/2013

Eloisa Beling Loose

Jornalista formada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Myrian Regina Del Vecchio de Lima

Jornalista, mestre em Comunicação Social, doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professora da mesma instituição.